



EXPOSIÇÃO

# O voto no Brasil



UFMG  
UNIVERSIDADE FEDERAL  
DE MINAS GERAIS

Brasília  
TSE  
2024

© 2024 Tribunal Superior Eleitoral

É permitida a reprodução parcial desde que a fonte seja citada.

Secretaria de Gestão da Informação e do Conhecimento  
SAFS, Quadra 7, Lotes 1/2, 1º andar  
Brasília/DF – 70095-901  
Telefone: (61) 3030-9225

**Secretária-Geral da Presidência**

Andréa Maciel Pachá

**Diretora-Geral da Secretaria do Tribunal**

Roberta Maia Gresta

**Secretário de Gestão da Informação e do Conhecimento**

Cleber Schumann

**Coordenador de Editoração e Publicações**

Washington Luiz de Oliveira

**Editoração**

Secretaria de Gestão da Informação e do Conhecimento (SGIC)  
Coordenadoria de Editoração e Publicações (Cedip/SGIC)

**Responsável pelo conteúdo**

Projeto República: Núcleo de Pesquisa, Documentação e Memória | UFMG

**Capa e projeto gráfico**

Pedro Silva e Wagner Castro  
Seção de Editoração e Programação Visual (Seprov/Cedip/SGIC)

**Diagramação**

Leila Gomes  
Seção de Editoração e Programação Visual (Seprov/Cedip/SGIC)

**Revisão e conferência de editoração**

Tatiana Fraga, Harrison Rocha, Leide Viana e Patrícia Jacob  
Seção de Preparação e Revisão de Conteúdos (Seprev/Cedip/SGIC)

**Fotografias**

Arquivo Nacional, Assembleia da República de Portugal, Biblioteca Nacional, Câmara dos Deputados, Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC/FGV), Estado de S. Paulo, Folha de S.Paulo, Fundação Ulisses Guimarães, Grupo Bandeirantes, Jornal do Brasil, Museu da República, O Globo e Senado Federal.

**Imagens da capa**

Urna de lona, modelo 1955; Urna eletrônica, modelo 2020.

**Impressão e acabamento**

Seção de Serviços Gráficos (Segraf/Cedip/SGIC)

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
(Tribunal Superior Eleitoral – Biblioteca Professor Alysson Darowish Mitraud)

---

O voto no Brasil : exposição (2024 : Brasília, DF)

O voto no Brasil : exposição. – Brasília : Tribunal Superior Eleitoral, 2024.

65 p. : il., fots., color. ; 29 x 21 cm

Conteúdo da exposição produzido no âmbito do Projeto República do Núcleo de Pesquisa, Documentação e Memória da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

Disponível, também, na Internet:

<<https://www.tse.jus.br/institucional/catalogo-de-publicacoes/lista-do-catalogo-de-publicacoes>>

I. Brasil. Universidade Federal de Minas Gerais – Núcleo de Pesquisa, Documentação e Memória – Projeto República. 1. Voto – História – Brasil. Exposição. II. Título.

---

CDD 341.28

**TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL**

**Presidente**

Ministra Cármen Lúcia

**Vice-Presidente**

Ministro Nunes Marques

**Ministros**

Ministro André Mendonça

Ministra Isabel Gallotti

Ministro Antonio Carlos Ferreira

Ministro Floriano de Azevedo Marques

Ministro Ramos Tavares

**Procurador-Geral Eleitoral**

Paulo Gonet Branco



# O voto no Brasil

## SUMÁRIO

Apresentação .....	7
Eleições no Império 1822-1889.....	9
República 1889-1930 .....	17
República 1930-1964 .....	25
República 1964-1984 .....	37
Da redemocratização aos dias atuais.....	45
Urna eletrônica .....	59
Ficha técnica da exposição .....	60
O som da democracia .....	63



# APRESENTAÇÃO

Voto é bênção democrática a purificar a cidadania e libertar cada pessoa de seu momento. Reinventa-se a pólis a cada voto. Para a permanência da experiência democrática, há de se preservar a liberdade da cidadã e do cidadão.

A democracia dá sentido ao voto, e o voto reconstrói, a cada dia, a convivência democrática. O voto livre alimenta a política democrática. Voto é gesto. Democracia é projeto e execução de uma forma de viver com as outras pessoas.

Contar a história do voto – marcada até mesmo pelo “não voto” – é retratar o Brasil em permanente construção, em uma trilha dificultosa, às vezes, mas persistentemente aberta ao caminhante democrata.

A vida democrática de um povo desvenda-se como estrada, na qual se persevera por se saber da aurora da liberdade, apesar de, tantas vezes, sombras noturnas cobrirem o sonho humano de protagonizar seu destino. Vota-se porque se acredita na humana força transformadora que impede ceder.

A exposição aqui apresentada é parte mostrada da história do povo e do poder brasileiros, mas é, principalmente, o querer político da eleitora e do eleitor, que depositam na urna, em forma de voto, o seu sonho e a sua decisão sobre sua vida.

Nem sempre, nesta Pátria, o poder foi do povo. Nem sempre a cidadã ou o cidadão pôde votar com a liberdade que qualifica, democraticamente, o seu recado e a sua confiança política sobre o seu horizonte a todas as suas concidadãs e a todos os seus concidadãos, mas, nesta terra, nunca se deixou de lutar para conquistar, reconquistar e ampliar o poder participativo do povo por meio do voto.

Desde as primeiras eleições no Império do Brasil, em sufrágio acanhado e frágil, passando por golpes de Estado, alguns até mesmo anunciados

como se fossem determinados pela ausência do voto livre (como em 1930, na República, em 1932 e em 1946), eleição foi busca permanente da cidadania brasileira.

A urna eletrônica, segura, auditável e transparente, que assegura eleições certas, consistentes e democráticas, é conquista do povo brasileiro, patrimônio democrático da cidadania nacional, essencial ao processo político conquistado pelos que acreditam na sociedade livre, justa e solidária a se construir, nos termos constitucionalmente definidos em 1988, para a garantia do Estado de Direito da República do Brasil.

O voto é a fala do povo. Há de ser ouvida. Escuta-a, primeiramente, a urna eletrônica, e proclama-a a Justiça Eleitoral, afirmando o resultado determinado pelo povo soberano em sua voz ativa de cidadania livre.

**Ministra CÁRMEN LÚCIA**  
**Presidente do TSE**



Tela *Independência do Brasil*, de François-René Moreaux  
1844  
Museu Imperial

2018

18



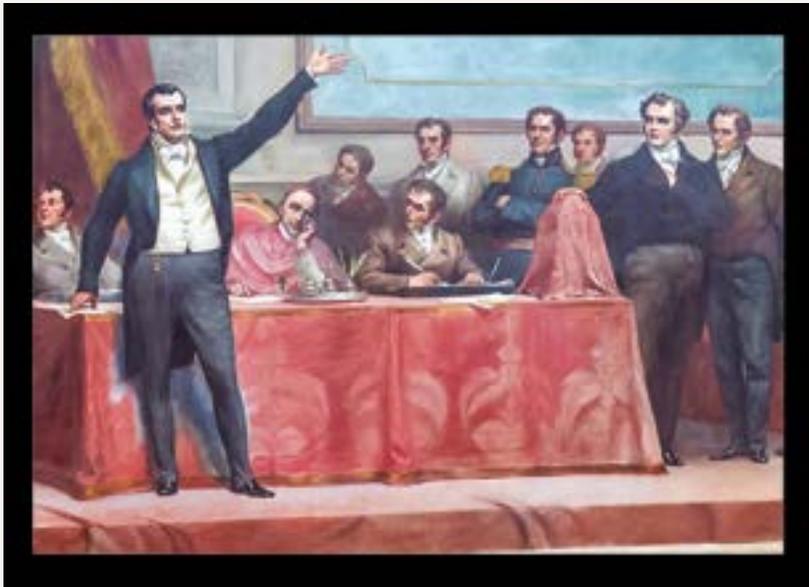
# Eleições no Império 1822-1889

1821

Primeiras eleições gerais para escolha dos representantes à Corte de Lisboa

À medida que as províncias brasileiras aderiam ao juramento de Dom João VI à futura Constituição, foram convocadas as eleições. No total, foram eleitos 97 deputados e suplentes, embora nem todos tenham chegado a Lisboa. Dentre os que efetivamente participaram dos debates destacaram-se as delegações de Pernambuco, Bahia, São Paulo e Rio de Janeiro.

A representação brasileira buscava garantir políticas favoráveis ao Reino do Brasil e desempenhou papel central em debates importantes com os deputados portugueses.



Pintura *As Cortes de 1821*, de Veloso Salgado

1920

Foto: Sandra Ribeiro (2023)

Assembleia da República de Portugal

1822

Promulgada a primeira lei eleitoral brasileira, que regulou as eleições para os representantes da Constituinte de 1823

Nas eleições para a Constituinte de 1823, o direito de voto foi um pouco mais restrito em comparação às eleições para as Cortes de Lisboa, embora não houvesse ainda exigências formais de renda ou escolaridade.

Para a escolha dos representantes da Assembleia Geral Constituinte e Legislativa, o sistema utilizado foi o de dois graus: no primeiro grau de votação, podiam participar todos os homens casados e os solteiros com mais de 20 anos, desde que não fossem filhos de família (dependentes de seus pais). Nessa fase, os votantes escolhiam os eleitores de segundo grau. Para ser eleitor de segundo grau, havia critérios mais rigorosos: era necessário ter mais de 25 anos, residir na província por no mínimo 4 anos e ser considerado homem probo e honrado, com bom discernimento, sem suspeitas de inimizade à causa do Brasil, e possuir subsistência digna – emprego, indústria ou bens próprios.

As eleições aconteceram ao longo do segundo semestre de 1822, e as sessões legislativas da Assembleia Constituinte começaram em abril de 1823.



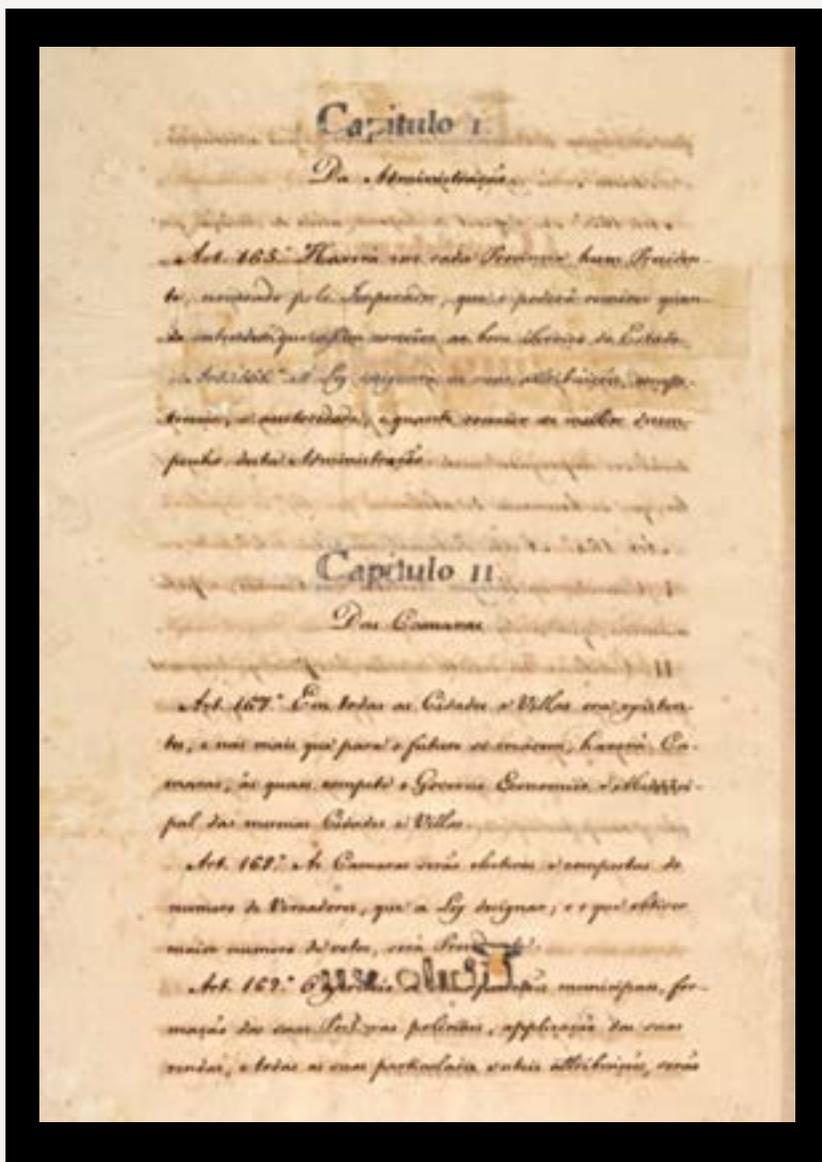
# 1824

## Primeira eleição pós-independência Constituição de 1824

- Pela Constituição outorgada de 1824, podiam votar homens maiores de 25 anos (21 anos, se casados ou oficiais militares, e, independentemente da idade, se clérigo ou bacharel). Apesar de a Constituição não proibir explicitamente, mulheres e escravos não tinham direito ao voto.
- A Constituição de 1824 não condicionou o direito de voto à alfabetização, mas, entre 1824 e 1842, a legislação exigia que a cédula fosse assinada, o que limitou, na prática, o voto dos analfabetos.
- Era exigida renda mínima de 100 mil réis para ser votante e 200 mil para ser eleitor.
- Primeira lei eleitoral do Brasil independente.
- Aconteceu a primeira eleição pós-independência. Desde 1824, foram eleitas 57 legislaturas para a Câmara dos Deputados. Somente durante o Estado Novo (1937-45) as eleições para a Câmara foram suspensas.
- De acordo com a legislação de 1824, 15 dias depois da eleição de primeiro grau, os eleitores escolhidos nas diversas paróquias da província deviam se reunir em uma cidade, cada uma delas formando um colégio eleitoral, para escolher seus representantes.



Constituição do Império do Brasil (capa)  
1824  
Arquivo Nacional



Página da Constituição do Império do Brasil  
1824  
Arquivo Nacional

## Entre 1824-1842

Em cada paróquia, havia uma mesa eleitoral presidida por um juiz (ordinário ou de fora) encarregado de verificar quais cidadãos estavam aptos a votar. Esse processo, no entanto, abriu espaço para diversos tipos de fraudes durante a identificação dos eleitores, comprometendo a integridade do pleito.

### 1842

## O alistamento de eleitores passa a ser feito antes do dia das eleições

*O invisível, o fósforo, representa um papel notável nas nossas eleições, e mais ainda nas grandes cidades do que nas freguesias rurais. Um bom fósforo vota três, quatro, cinco e mais vezes em várias freguesias, quando são próximas. Os cabalistas sabem que F. qualificado morreu, mudou de freguesia, está enfermo; em suma não vai votar: o fósforo se apresenta. É mui vulgar que, não acudindo à chamada um cidadão qualificado, não menos de dois fósforos se apresentem para substituí-lo, cada qual cabe melhores provas de sua identidade, cada qual tem maior partido e vozeria para sustentá-lo em sua pretensão.*

## Francisco Belisário Soares



Senador Francisco Belisário Soares de Sousa  
s.d.  
Reprodução



1846

Valores de renda para ser eleitor atualizados: 200 mil réis para ser votante e 400 mil para ser eleitor

1855

Um novo sistema eleitoral introduzido no país

### Eleições de 2º grau

Em 1855, um novo sistema eleitoral foi introduzido no Brasil. As províncias foram divididas em distritos eleitorais, chamados de círculos na época, cada um responsável por eleger um deputado.

A mesa eleitoral passou a fornecer o papel no qual o eleitor deveria escrever o nome de seu candidato.

O sistema utilizado era o de maioria absoluta: se nenhum candidato obtivesse 50% mais 1 dos votos, nova votação seria realizada no dia seguinte entre os 4 mais votados.

Caso ainda nenhum deles atingisse a maioria absoluta, nova eleição seria realizada entre os dois candidatos mais votados no dia seguinte.

1860

Novas regras foram implementadas

O objetivo era limitar a influência dos líderes locais sobre o processo eleitoral. Os distritos eleitorais (círculos) passaram a eleger três representantes para a Câmara dos Deputados, diversificando a representação e reduzindo o poder concentrado em figuras políticas regionais.

1875

Primeiro título eleitoral (conhecido como título de qualificação)

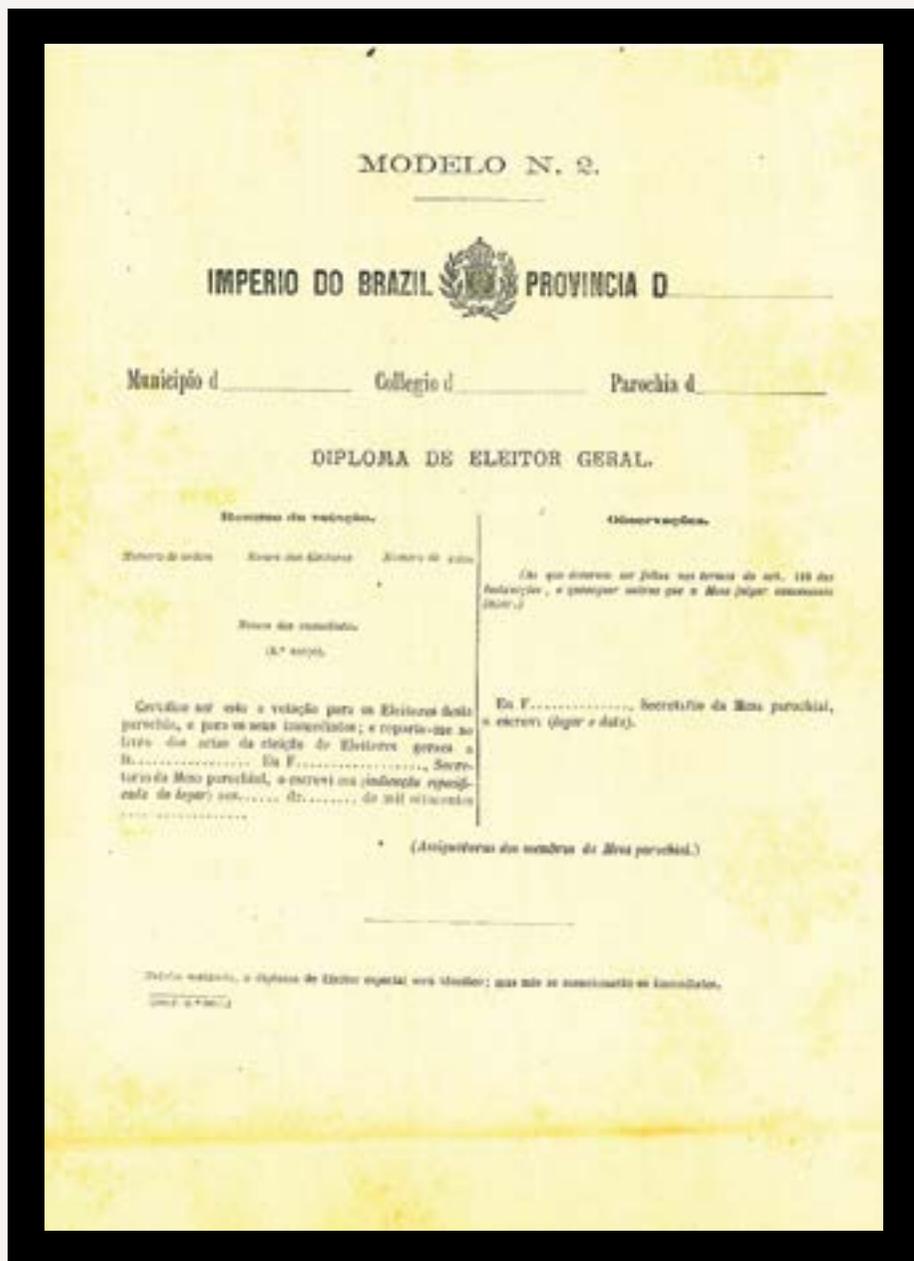
- O sistema eleitoral das eleições para a Câmara foi alterado pela terceira vez.
- Os círculos foram eliminados, e a circunscrição eleitoral voltou a ser a província.

No título eleitoral, eram registrados nome, idade, estado civil, profissão, renda, domicílio e condição de elegibilidade (se o cidadão era apenas votante ou também eleitor). Além disso, incluía-se uma observação explícita sobre a alfabetização, com a frase: “declarar-se-á especialmente se sabe ou não ler e escrever”, indicando que os analfabetos ainda podiam votar.

O título possuía um canhoto, que era destacado e ficava sob a responsabilidade da junta de alistamento, com as informações do votante.



Modelo do primeiro título eleitoral utilizado no Império do Brasil  
1875  
TSE

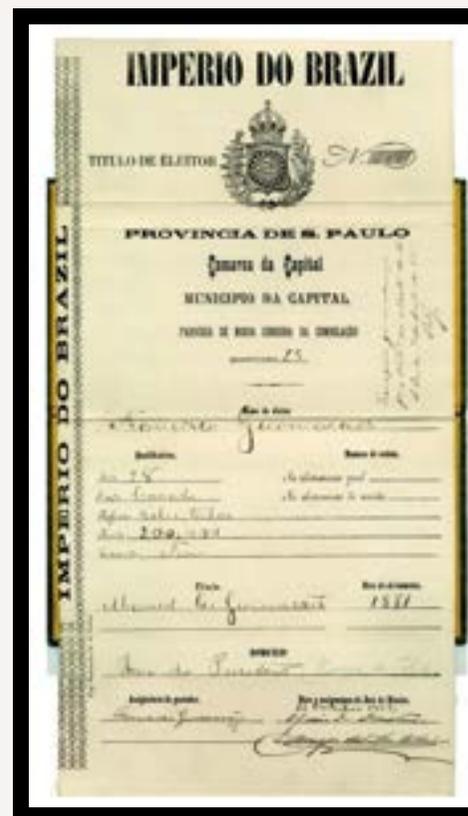


Modelo n. 2 do primeiro título eleitoral utilizado no Império do Brasil  
1875  
TSE

1881

Lei Saraiva aboliu o voto indireto

- As eleições para Câmara dos Deputados, Senado e Assembleias Provinciais passaram a ser diretas.
- As juntas de qualificação deixaram de existir, e o alistamento ficou sob a exclusiva responsabilidade dos juizes de direito.
- Aos poucos, o voto direto passou a ser visto como única forma de estabelecer a verdade das urnas.
- A Lei Saraiva aboliu o voto indireto; e senadores, deputados gerais e provinciais passaram a ser eleitos diretamente pelos eleitores.



Segundo modelo de título eleitoral utilizado no Império do Brasil  
1881  
TSE



*Temos experimentado os círculos, os triângulos, diversas formas de manipulação, falta a eleição direta; é o travesseiro para o enfermo que não tem repouso.*

**José de Alencar**



**Retrato de José de Alencar**  
s.d.  
Reprodução

**1882**

**Exigência de alfabetização para alistamento de novos eleitores**

### **Eleições no Império**

- A estatística eleitoral do Império era muito precária. A primeira contagem nacional dos eleitores foi feita em 1870.
- Sabe-se muito pouco acerca do contingente de votantes inscritos e menos ainda sobre o contingente dos que compareciam para votar.
- Um dado que chamou a atenção de todos os intérpretes da política imperial foi a redução do eleitorado após a entrada em vigência da Lei Saraiva em 1881.
  - As causas foram, provavelmente, a introdução de critérios muito rigorosos para comprovação de renda, a exigência de se saber ler e escrever para a inscrição de novos eleitores e o fim do alistamento automático (agora o eleitor deveria requisitar a qualificação por sua iniciativa).



Pintura *Proclamação da República*, de Benedito Calixto  
1893  
Foto: Rômulo Fialdini  
Centro Cultural de São Paulo



9  
8  
8  
7

6  
5  
4  
3



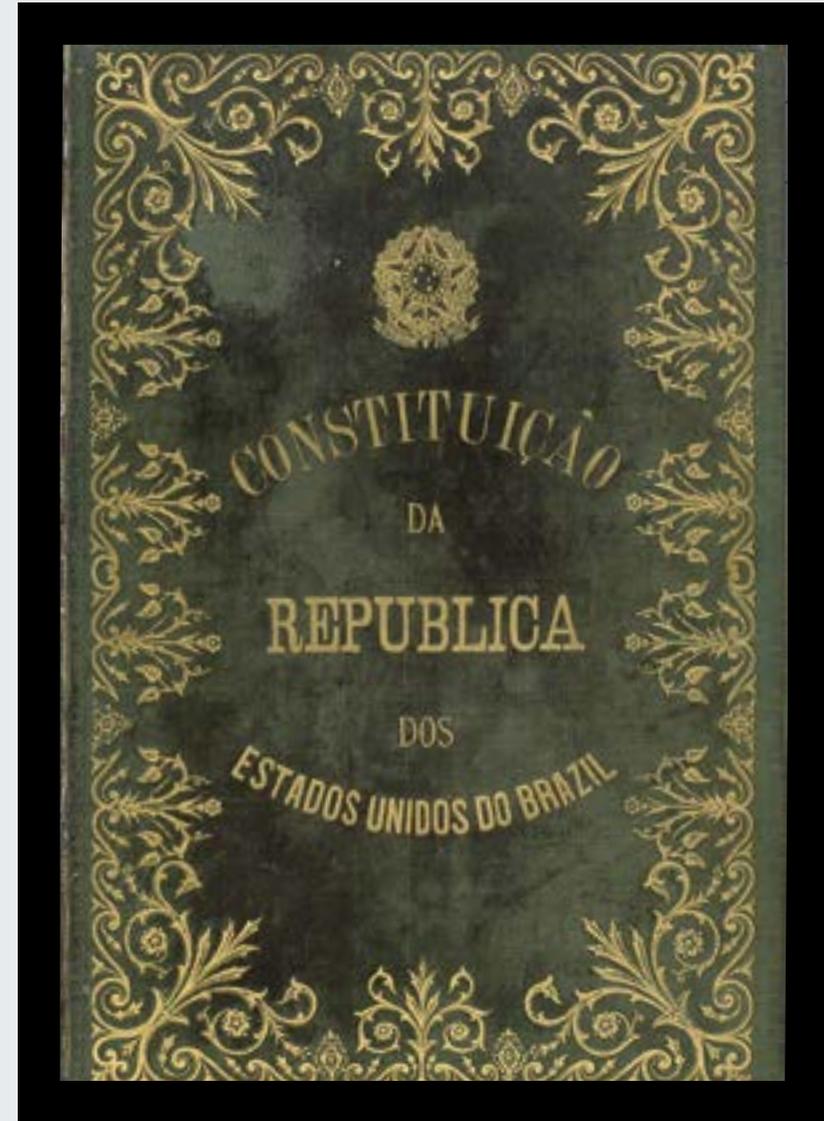
# República 1889-1930

1889

Fim da exigência de renda para ser eleitor

A Proclamação da República trouxe avanços e retrocessos para o direito ao voto no Brasil. Embora a exigência de renda tenha sido abolida, o analfabetismo se tornou novo impedimento para o exercício da cidadania. A Constituição de 1891, em seu art. 72, determinou que apenas os alfabetizados poderiam votar.

O voto não era obrigatório, e a política municipal ganhou autonomia, com cada estado definindo suas próprias regras eleitorais. A escolha de presidente e vice-presidente era feita de forma indireta, exigindo maioria absoluta dos votos.



Constituição da República do Brasil (capa)  
1891  
Arquivo Nacional



1892

## Nova lei eleitoral

Houve mudança significativa no processo de alistamento eleitoral com a aprovação de uma nova lei. A partir de então, a responsabilidade pelo alistamento passou a ser municipalizada.

Comissões locais, compostas por cinco eleitores, foram encarregadas de realizar o alistamento em cada seção eleitoral.



Foto oficial de Floriano Peixoto  
1891  
Galeria dos Presidentes da República

1904

## Reforma da legislação eleitoral

A lei de 1904 alterou a composição da comissão de alistamento, mas a influência da política local permaneceu. A comissão passou a incluir o juiz de direito, dois dos maiores contribuintes de imposto predial, dois dos maiores contribuintes de imposto sobre a propriedade rural e três cidadãos eleitos pelo governo municipal.

Embora a lei mantivesse o voto secreto, ela introduziu o controverso “voto a descoberto”, que, na prática, violava o sigilo do voto. O eleitor apresentava duas cédulas, ambas assinadas perante a mesa eleitoral. Após serem datadas e rubricadas pelos mesários, uma cédula era depositada na urna e a outra ficava com o eleitor. Esse mecanismo permitia que os líderes políticos exercessem controle sobre o voto, exigindo a segunda cédula como prova do voto dado. O “voto a descoberto” foi um dos principais fatores que comprometeram a integridade das eleições durante esse período.

1916

## Novas formas de qualificação eleitoral

O Judiciário reassumiu o controle exclusivo da qualificação eleitoral nas eleições federais, impondo requisitos mais rigorosos para o alistamento, como firma reconhecida em documentos e comprovação de idade, renda, residência e alfabetização.

No entanto, essas medidas não foram suficientes para erradicar as frequentes fraudes nesse processo.



*Ninguém tem certeza de ser alistado eleitor; ninguém tem certeza de votar, se por ventura for alistado; ninguém tem certeza de que contem o voto, se porventura votou; ninguém tem certeza que esse voto, mesmo depois de contado, seja respeitado na apuração da apuração, no chamado terceiro escrutínio que é arbitrário e descaradamente exercido pelo déspota substantivo, ou pelos déspotas adjetivos, conforme o caso for da representação nacional ou das locais.*

**Joaquim Francisco de Assis Brasil,  
Governador do Rio Grande do Sul.**

*O processo de votação, durante as quatro décadas da Primeira República, permaneceu praticamente inalterado. A mesa eleitoral era colocada em um recinto separado do restante da sala, desde 1892, por meio de um gradil, onde os eleitores aguardavam. O eleitor apresentava seu título, assinava o livro de presença e depositava a cédula de papel, comum para escrita ou impressa, fechada na urna.*

*A partir de 1916, a cédula passou a ser colocada em um invólucro fechado, sem qualquer distintivo. Cada cargo em disputa requeria uma cédula distinta. Por exemplo, em eleições para senador e deputado federal, o eleitor utilizava duas cédulas, que deviam ser identificadas externamente com o cargo correspondente. Era comum que jornais publicassem cédulas de candidatos, que podiam ser recortadas pelos eleitores.*

*Os “cabos eleitorais” frequentemente distribuía cédulas durante o dia da eleição. Não havia exigência de registro prévio para os candidatos nem era obrigatório estar filiado a um partido para concorrer. Isso permitia que os eleitores votassem em qualquer nome de sua escolha.*

*A fraude eleitoral era amplamente disseminada e ocorria em todas as etapas do processo, desde o alistamento dos eleitores até a apuração dos votos e o reconhecimento dos eleitos. Os principais mecanismos de falsificação eram o “bico de pena” e a “degola”.*

*A eleição a “bico de pena” consistia na adulteração das atas pela própria mesa eleitoral, que também era responsável pela apuração dos votos. Isso permitia a manipulação dos resultados, alterando o número de votos ou incluindo eleitores fictícios.*

**Jairo Nicolau**



**Joaquim Francisco de Assis Brasil**  
1899  
Reprodução





Ministro do Supremo Tribunal Federal e do Tribunal Superior Eleitoral, Victor Nunes Leal  
1958  
Fundo Agência Nacional

*[...] inventavam-se nomes, eram ressuscitados os mortos e os ausentes compareciam; na feitura das atas, a pena todo-poderosa dos mesários realizava milagres portentosos.*

**Victor Nunes Leal**

**1927**

## Primeiro voto feminino no Brasil

Um grupo de mulheres foi alistado para votar no Rio Grande do Norte, mas seus votos não foram considerados válidos pela Comissão de Verificação de Poderes do Senado Federal.

Somente em 1932, com a publicação do primeiro Código Eleitoral, as mulheres conquistaram oficialmente o direito de votar e serem votadas em todo o território nacional, marcando um importante avanço na inclusão das mulheres no sistema político brasileiro.

## **Celina Guimarães** Primeira eleitora do Brasil

Ela foi professora em Mossoró, no Rio Grande do Norte, e integrou a lista de eleitores potiguares em 1927. Seu alistamento representou marco pioneiro para a participação feminina na América do Sul, concretizando o voto feminino no Brasil.

Em 1928, 15 mulheres do Estado do Rio Grande do Norte participaram das eleições, porém seus votos foram anulados pela Comissão de Verificação de Poderes do Senado Federal.





Primeira eleitora do Brasil (Celina Guimarães)

s.d.

Reprodução

## Eleitoras no Rio Grande do Norte

*Como o Senador Juvenal Lamartine de Faria, pelo Rio Grande do Norte, tinha renunciado à cadeira no Senado para concorrer com sucesso ao governo de seu estado, foi preciso fazer eleições complementares a fim de escolher o novo representante do estado no Senado Federal. Essa eleição aconteceu em abril de 1928.*

*O Governador Faria apoiava a causa do voto feminino e o Judiciário estadual não se opôs à habilitação de mulheres como eleitoras. Assim, muitas mulheres correram para as seções eleitorais para alistarem-se. Duas professoras, Celina Guimarães e Júlia Barbosa, disputaram o título da primeira eleitora potiguar.*

*Para reforçar a campanha, as feministas da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino foram até Natal para apoiar as novas eleitoras e sobrevoaram a cidade lançando panfletos sufragistas. O problema é que havia dúvida se os votos das mulheres do Rio Grande do Norte eram válidos, e o assunto voltou ao Senado, que decidiu contrariamente às aspirações das sufragistas de todo o país. Imaginava-se que o exemplo do estado nordestino abriria as portas das seções eleitorais para todas as mulheres brasileiras, mas não foi assim.*

**Teresa Cristina de N. Marques – O voto feminino no Brasil, 2019.**



1928

É eleita a primeira prefeita do Brasil

### Alzira Soriano Primeira prefeita do Brasil

Foi a primeira mulher eleita para o cargo de prefeito no Brasil, em 1928, em Lajes/RN, pelo Partido Republicano.

Sua eleição foi destacada pelo jornal *The New York Times*, que chamou a atenção para a “americanização” do Estado do Rio Grande do Norte. Posteriormente, foi eleita vereadora pelo Município de Jardim de Angicos/RN, pela União Democrática Nacional, sendo reeleita por mais duas vezes e exercendo a presidência da Câmara de Vereadores.



Posse de Alzira Soriano como prefeita do Município de Lajes/RN  
1º/1/1929  
Arquivo Nacional



Alzira Soriano, primeira prefeita da América Latina, eleita na cidade de Lajes/RN, em 1928  
1928  
Reprodução

Em termos de lisura do pleito e da participação eleitoral, pouco se avançou durante as primeiras quatro décadas republicanas. Não foi coincidência que dois textos, publicados com mais de 50 anos de diferença, descrevessem, de maneira muito parecida, o papel que cabia ao eleitor comum tanto no sistema político imperial quanto na Primeira República. O voto era descrito como desinformado, dependente e como meio de adquirir benefícios para a elite política.

*A máxima parte dos votantes da eleição primária não tem consciência do direito que exerce, não vai à urna sem solicitação ou, o que é pior, sem constrangimento ou paga, o votante é a turbamulta, ignorante, desconhecida e dependente. O votante é, por via de regra, analfabeto; não lê, nem pode ler jornais; não frequenta clubes nem concorre a meeting, que os não há; de política só sabe de seu voto, que ou pertence ao Senhor Fulano de Tal por dever de dependência (algumas vezes também por gratidão), ou a quem lhe paga por melhor preço, ou lhe dá um cavalo, ou roupa a título de ir votar à freguesia.*

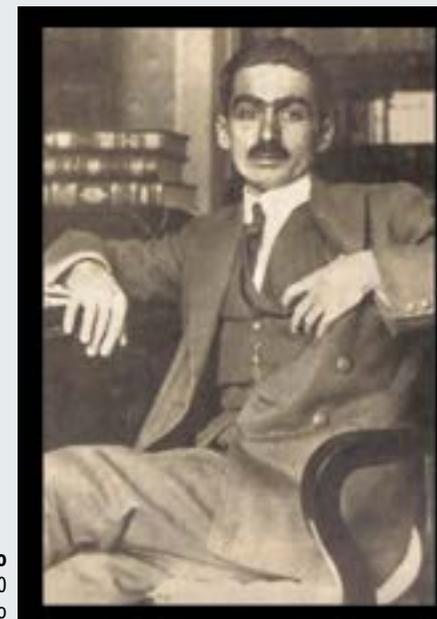
**Francisco Belisário, Deputado pelo Partido Conservador, 1871.**

*Interroguei numerosos eleitores, em regra tabaréus boçalíssimos, e poucos encontrei que soubessem sequer o nome do candidato em quem votavam; nenhum vinha às urnas espontaneamente, no cumprimento livre de um dever cívico, este vinha em troca de um chapéu novo ou de uma nota de 50\$00, aquele por ordem de um patrão ou de um cabo qualquer. Em nenhum desses indivíduos notei capacidade natural do voto, tinham apenas a capacidade natural que a lei concede.*

**Trecho de uma carta assinada por um grupo de personalidades paulistas, encabeçada pelo escritor Monteiro Lobato, e endereçada ao presidente da República, 1924.**



**Senador Francisco Belisário Soares de Sousa**  
s.d.  
Reprodução



**Monteiro Lobato**  
1920  
Reprodução

Presidente Getúlio Vargas e seus ministros durante o  
governo provisório  
1931  
Fundação Getúlio Vargas

1931

1931



# República 1930-1964

1930

## Novo programa da Aliança Liberal

O programa da Aliança Liberal incluía várias medidas para aprimorar o processo eleitoral, como voto secreto, combate às fraudes e representação proporcional.

Em 1930, Getúlio Vargas, então chefe do governo provisório, formou uma subcomissão para sugerir mudanças no sistema eleitoral.

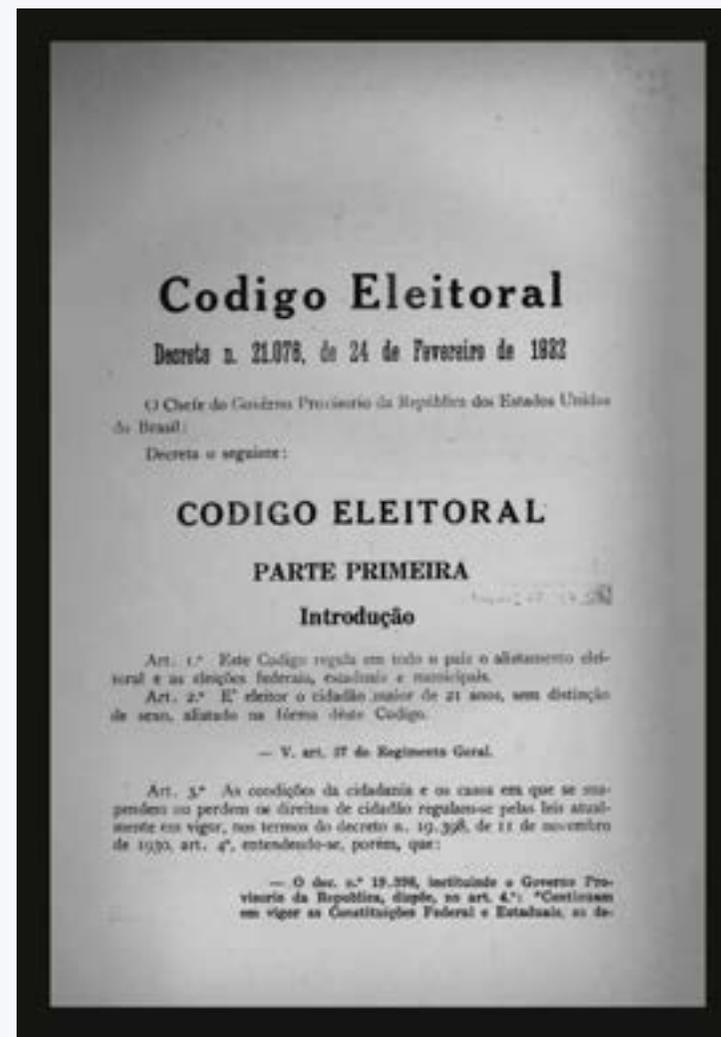
1932

## Primeiro Código Eleitoral

O Código Eleitoral de 1932 trouxe várias inovações significativas: concedeu o direito de voto às mulheres, criou a Justiça Eleitoral e estabeleceu um sistema misto (parte majoritário e parte proporcional) para as eleições da Câmara dos Deputados.

Pela primeira vez, foram estabelecidas sanções para os eleitores que não se inscrevessem para as eleições do Congresso. O sigilo do voto foi aprimorado com duas medidas principais. A primeira foi a obrigatoriedade do uso de uma sobrecarta oficial, na qual os eleitores deveriam colocar a cédula eleitoral. A segunda medida introduziu um local indevassável (cuja porta ou cortina deveria estar fechada) onde o eleitor pudesse inserir a cédula na sobrecarta oficial.

Outra inovação importante do Código de 1932 foi a exigência de registro prévio dos candidatos antes do pleito. Partidos, alianças de partidos ou grupos de pelo menos cem eleitores tinham que registrar, no Tribunal Regional Eleitoral (TRE), cinco dias antes das eleições, a lista de candidatos, que deveria receber uma legenda. Também foi permitido o registro de candidatos avulsos.



Primeiro Código Eleitoral (1932)

1932  
TSE



1932-  
1933

## Justiça Eleitoral

A medida mais significativa para garantir eleições mais limpas foi a criação da Justiça Eleitoral, encarregada de organizar o alistamento, conduzir as eleições, apurar os votos e proclamar os eleitos.

A história da Justiça Eleitoral está intimamente ligada à do Tribunal Superior Eleitoral, instituído pelo Decreto n. 21.076/1932 sob o nome de Tribunal Superior de Justiça Eleitoral e inaugurado em 20 de maio do mesmo ano em um edifício na Avenida Rio Branco, no centro do Rio de Janeiro. O primeiro presidente do então TSJE foi o Ministro Hermenegildo Rodrigues de Barros.

No entanto, cinco anos depois, a Constituição do Estado Novo, outorgada por Getúlio Vargas, extinguiu a Justiça Eleitoral e concedeu exclusivamente à União o poder de legislar sobre questões eleitorais.



**Primeiro Edifício-Sede do TSE**  
1932  
Arquivo Nacional

*Aqui estou, senhores, em obediência a um preceito do vosso Regimento e, ainda, para corresponder à gentileza da homenagem que o ilustre Sr. Ministro da Justiça quis prestar ao Tribunal Superior de Justiça Eleitoral, que tenho a honra de presidir. [...] Minha missão aqui é muito simples. Consiste, apenas, em receber os diplomas, dar-lhes o destino conveniente e presidir a eleição do vosso presidente efetivo. [...] Srs. Representantes do Povo na Assembleia Nacional Constituinte, tenho a honra de apresentar-vos as minhas atenciosas saudações.*

**Discurso de abertura da 1ª Sessão Preparatória da Assembleia Nacional Constituinte, de 10 de novembro de 1933, proferido pelo então Presidente do Tribunal Superior de Justiça Eleitoral, o Ministro Hermenegildo de Barros.**



**Hermenegildo Rodrigues de Barros**  
s.d.  
Assembleia Legislativa de Minas Gerais



## Voto da mulher

O Brasil foi um dos primeiros países a garantir o voto feminino, inicialmente facultativo para mulheres que não exerciam funções remuneradas. Embora o anteprojeto do Código Eleitoral tivesse incluído a exigência de autorização do marido para que uma mulher casada pudesse votar, essa cláusula foi removida no texto final aprovado.

O Plenário do Tribunal Superior de Justiça Eleitoral, na época conhecido como TSJE, manifestou-se sobre o tema, afirmando que “as disposições acerca da incapacidade relativa da mulher não tinham efeitos sobre os direitos eleitorais” (Acórdão n. 272, de 10 de fevereiro de 1933).



**Almerinda Faria Gama depositando seu voto na urna**  
1933  
CPDOC/FGV

## Envelope oficial

Utilização do envelope oficial (onde o eleitor deveria inserir a cédula eleitoral) na eleição.



**Envelope oficial**  
1933  
Reprodução

## **Carlota Pereira Queiroz** **Primeira deputada federal do Brasil**

Participou dos trabalhos na Assembleia Nacional Constituinte de 1933, integrando a Comissão de Saúde e Educação.

Durante sua atuação como constituinte, elaborou o primeiro projeto brasileiro para a criação de serviços sociais no País. Além de sua carreira como médica, foi eleita membra da Academia Nacional de Medicina em 1942.

*Além de representante feminina, única nesta Assembleia, sou, como todos os que aqui se encontram, uma brasileira, integrada nos destinos do seu País e identificada para sempre com os seus problemas.*

**Trecho do primeiro discurso de Carlota Pereira de Queiróz na Câmara dos Deputados, proferido em 14 de março de 1934.**



**Carlota Pereira de Queiroz, primeira deputada brasileira, durante a Assembleia Nacional Constituinte de 1934**

1934  
Reprodução



**Carlota Pereira de Queiroz, primeira deputada brasileira**

s.d.  
Câmara dos Deputados



1934

Constituinte de 1933-1934

### Redução para 18 anos da idade para ser eleitor O alistamento e o voto passam a ser obrigatórios

Na Constituinte de 1933-1934, além dos 214 representantes eleitos pelo voto popular, 40 foram eleitos pelas associações profissionais.

A Constituição de 1934 manteve as duas formas de eleição para a Câmara dos Deputados, resultando em uma legislatura de 300 deputados, sendo 250 eleitos pelos eleitores e 50 pelas associações profissionais.

Apesar das denúncias sobre a continuidade das fraudes em diversas regiões, os cronistas da época concordavam em reconhecer a legitimidade dos pleitos realizados nos anos 1930 para a Câmara dos Deputados. As reformas introduzidas pelo Código de 1932 alcançaram o objetivo de tornar as eleições mais limpas, conforme previsto no Programa da Aliança Liberal de 1930. O próximo passo seria ampliar o número de adultos incorporados como eleitores.



Cartaz com os constituintes de 1934 e do governo provisório  
1934  
CPDOC/FGV

### Antonieta de Barros Primeira mulher negra a assumir mandato eletivo no Brasil

Na primeira eleição em que as mulheres brasileiras puderam votar e ser votadas, ela se filiou ao Partido Liberal Catarinense/SC e foi eleita deputada estadual, exercendo o mandato de 1934 a 1937.

Foi a primeira mulher a integrar o Legislativo Estadual de Santa Catarina.

Sob o pseudônimo de Maria da Ilha, escreveu o livro *Farrapo de ideias*.



Antonieta de Barros  
1935  
Acervo pessoal



## Bertha Lutz

Bertha Lutz, bióloga e líder feminista, dedicou 46 anos de sua carreira como docente e pesquisadora no Museu Nacional, no Rio de Janeiro. Defensora do voto feminino, atuou como representante do movimento feminista na Comissão Elaboradora do Anteprojeto da Constituição de 1934.

Fundou a Liga para a Emancipação Intelectual da Mulher, que mais tarde se tornou a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, e exerceu o mandato de deputada federal de 1935 a 1937.



**Bertha Lutz, pesquisadora e feminista brasileira**  
1925  
Biblioteca do Congresso dos Estados Unidos

1937-  
1945

## Suspensão das eleições

Na ditadura do Estado Novo, os partidos foram proibidos de funcionar, todas as eleições foram suspensas e o Congresso Nacional foi fechado. Durante 11 anos, de outubro de 1934 a dezembro de 1945, o Brasil não realizou eleições, marcando o período mais longo desde a Independência sem eleições para a Câmara dos Deputados.



### Getúlio Vargas anuncia pelo rádio o início do novo regime ditatorial

À sua direita estão o Ministro Dutra (de braços cruzados), Filinto Müller (de bigode, atrás dele) e o autor da Constituição, Francisco Campos (à direita).

s.d.

Reprodução



# 1945

## Lei Agamenon Eleições

A adoção da representação proporcional nas eleições para a Câmara dos Deputados, Assembleias Legislativas e Câmaras de Vereadores marcou um momento significativo na redemocratização do Brasil. Esse período também foi notável por ser a primeira vez em que mais de 10% da população participou das eleições. Os pleitos multipartidários para presidente e Congresso foram convocados como uma das primeiras medidas do processo de redemocratização, com a realização das eleições para presidente, senadores e deputados federais em dezembro de 1945.

Em maio daquele ano, o Presidente Getúlio Vargas estabeleceu um decreto-lei regulando as eleições. Conhecida como Lei Agamenon, em referência ao então ministro da Justiça que elaborou o decreto, a lei preservou as duas formas de alistamento previstas no Código de 1932.



O Ministro Agamenon Magalhães reúne-se com Getúlio Vargas em Petrópolis/RJ  
1945  
Arquivo Nacional

### Lei Agamenon

Esta lei não só ampliou a obrigatoriedade do alistamento e do voto para todas as mulheres como também estabeleceu multas que variavam de 100 a 1.000 cruzeiros para quem não se alistasse ou não comparecesse para votar. Também estabeleceu, pela primeira vez, critérios para a organização dos partidos.

A lei introduziu novo sistema eleitoral, exclusivamente proporcional, para as eleições da Câmara dos Deputados. Os partidos ou coligações eram responsáveis

por apresentar uma lista de candidatos em cada estado, e candidaturas avulsas foram proibidas. Os eleitores deveriam votar em um único nome da lista.

Além disso, foi permitido que um mesmo candidato concorresse em vários estados e para diferentes cargos. Getúlio Vargas, por exemplo, foi inscrito pelo PTB para concorrer ao Senado no Rio Grande do Sul e em São Paulo bem como para deputado federal em sete estados e no Distrito Federal. Vargas recebeu mais da metade dos votos totais da bancada do PTB, ajudando a eleger diversos deputados do partido. Como ele optou pela cadeira de senador pelo Rio Grande do Sul, os assentos que havia conquistado na Câmara dos Deputados foram preenchidos por suplentes.

### Eleições de 1945

Após 11 anos sem eleições, os brasileiros retornaram às urnas. Os eleitores – cidadãos maiores de 18 anos e alfabetizados – escolheram, além do presidente da República, os deputados e senadores que redigiram a nova Constituição.

Pela primeira vez, as mulheres participaram da escolha do presidente.

As eleições de 1945 foram as primeiras da história do Brasil a serem tanto limpas quanto a contar com participação eleitoral significativa.

Todo o processo eleitoral, incluindo alistamento, votação, apuração e proclamação dos eleitos, continuou sob a responsabilidade da Justiça Eleitoral.



Eleitores fazem fila para votar, em São Paulo, nas eleições de 1945  
1945  
Estadão



1946

## Nova Constituição

A Constituição de 1946 garantiu o direito de voto para os alfabetizados maiores de 18 anos e estabeleceu a obrigatoriedade de alistamento e voto. O presidente e o vice-presidente eram eleitos simultaneamente por maioria simples, mas em eleições separadas. Assim, um eleitor poderia escolher um candidato a presidente de um partido e um candidato a vice-presidente de outro. O mandato presidencial tinha duração de cinco anos, sem possibilidade de reeleição imediata.



Capa da Constituição da República do Brasil de 1946  
1946  
Arquivo Nacional

Conquistar o direito de voto foi crucial para as mulheres, marcando o reconhecimento público de que elas tinham as mesmas condições que os homens para participar da administração da comunidade política. Possuíam perspectivas e interesses próprios e estavam capacitadas para formular políticas públicas. O processo foi gradual. Embora o Código Eleitoral de 1932 tenha introduzido o voto para mulheres, era facultativo.

Somente com a Constituição de 1946, quando o alistamento feminino se tornou obrigatório, as mulheres conquistaram igualdade com os homens no direito de votar.

1947

## Cassação do PCB

O Partido Comunista Brasileiro (PCB) perde o registro e deixa de participar das eleições.



Parlamentares comunistas protestam contra a cassação dos mandatos  
10/1/1948  
Reprodução





Capa do jornal *Gazeta de Notícias* com destaque para a cassação do registro do Partido Comunista  
8/5/1945  
Biblioteca Nacional

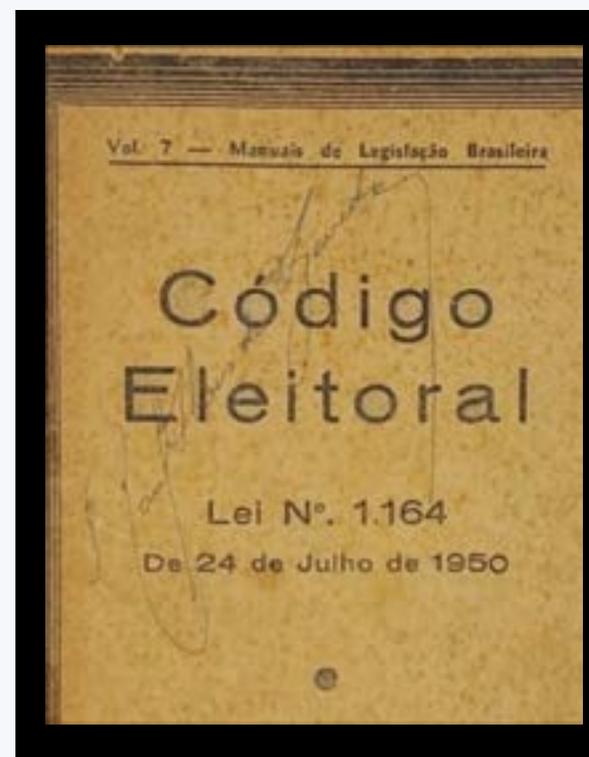
1950

Novo Código Eleitoral

Com o novo Código Eleitoral, todos os cidadãos alfabetizados maiores de 18 anos eram obrigados a comparecer ao cartório eleitoral para obter o título eleitoral.

Outra mudança significativa foi a revisão da fórmula para a distribuição de cadeiras entre os partidos nas eleições para a Câmara dos Deputados.

O sistema eleitoral adotado em 1950 está em vigor até hoje. Uma das alterações significativas ocorreu em 1998, quando os votos em branco deixaram de ser considerados no cálculo do quociente eleitoral.



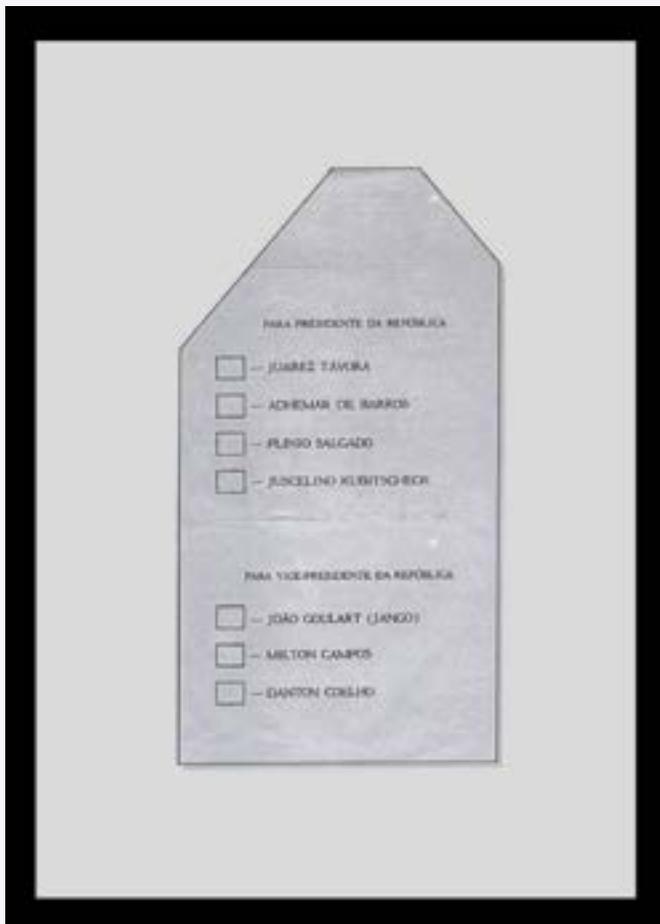
Código Eleitoral de 1950  
1950  
TRE-RS



1955

## Nova cédula eleitoral

A cédula de votação oficial foi utilizada pela primeira vez nas eleições para a Presidência. Ela passou a ser confeccionada e distribuída pela Justiça Eleitoral.



Primeira cédula oficial utilizada no Brasil na eleição presidencial  
1955  
TSE

*Estou inteiramente de acordo com o projeto referente à cédula oficial, por entender que esta impede, exatamente, que o cabo eleitoral transforme o seu eleitor num elemento que vai votar sabendo, a priori, em quem. Precisamos dar ao eleitor que quer votar em determinada pessoa a oportunidade de fazê-lo. Se ele receber uma cédula oficial, vai à cabina indevassável e vota em quem muito bem entende [...]. A cédula comum não chega às mãos do eleitor; quando chega, é o eleitor revistado, como estou cansado de testemunhar, e não consegue levar a cédula à urna, a fim de votar no candidato que lhe interessa.*

**Mário Palmério, escritor e Deputado Federal, 1955.**



Deputado Mário Palmério  
s.d.  
Reprodução



1956-  
1957

Recadastramento eleitoral

1963

Referendo

No dia 6 de janeiro de 1963, ocorreu referendo crucial para os rumos políticos do País. A consulta popular perguntou se o parlamentarismo deveria continuar ou ser substituído. O povo rejeitou o sistema parlamentarista e escolheu o presidencialismo.



Panfletagem para o referendo de 1963

s.d.  
Reprodução

1964

Comício das Reformas

O Comício das Reformas, realizado no Rio de Janeiro em frente à estação Central do Brasil, reuniu cerca de 300 mil pessoas, incluindo trabalhadores, camponeses, representantes de partidos políticos, estudantes, servidores públicos, soldados e sargentos. O evento foi organizado para apoiar a decisão do governo de João Goulart de avançar com as Reformas de Base – que abrangiam reformas agrária, urbana, educacional, tributária e eleitoral – e de propor a legalização do Partido Comunista e o direito de voto para analfabetos, cabos e soldados.

Um aspecto particularmente restritivo do período de 1946 a 1964 foi a proibição do voto para analfabetos, especialmente considerando o grande número de adultos que não sabiam ler e escrever: 50,6% em 1950 e 39,7% em 1960, segundo o IBGE.



João Goulart no palanque no Comício da Central do Brasil

13/3/1964  
Arquivo Nacional



Militares no Palácio da Guanabara/RJ  
31/3/1964  
Arquivo Nacional

1964

1964



# República 1964-1984

1964-  
1985

Ditadura militar

Uma peculiaridade do regime militar de 1964 no Brasil foi a manutenção de eleições diretas para alguns cargos. Durante 13 anos (1966-1979), os únicos partidos organizados, ARENA e MDB, disputaram o voto popular. Apesar de cassações e fechamentos temporários do Congresso, as eleições proporcionais continuaram, permitindo a escolha de deputados federais e estaduais (1966, 1970, 1974 e 1978) e vereadores (1966, 1970, 1972 e 1976).

O Código Eleitoral de 1965 regulamentou essas eleições, estabelecendo:

- a obrigatoriedade de votar em candidatos do mesmo partido para deputados federal e estadual;
- a proibição de coligações nas eleições proporcionais;
- um prazo máximo de 6 meses para o registro de candidatos;
- multas de 5% a 3 salários mínimos para eleitores que não se alistaram;
- multas de 5% a 20% do salário mínimo para eleitores ausentes sem justificativa;
- restrições a passaportes, carteiras de identidade, concursos públicos e empréstimos de órgãos públicos para quem não comprovasse o voto ou a justificativa.

1965

AI-2 – Suspensão das eleições para presidente e fechamento dos antigos partidos

O voto feminino foi estabelecido nacionalmente em 1932, mas a equiparação legal entre homens e mulheres no alistamento se realizou plenamente apenas com a edição do Código Eleitoral de 1965.



Notícia na *Folha de S. Paulo* sobre o AI-2  
27/10/1965  
Folha de S. Paulo

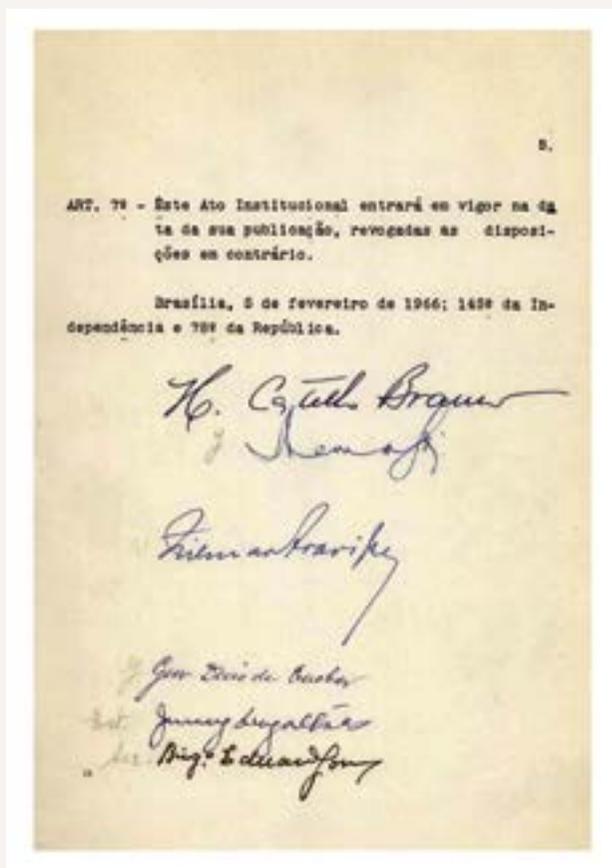


1966

## Suspensão das eleições para governador e prefeito de capital

O Ato Institucional n. 3, de fevereiro de 1966, instituiu a eleição indireta para governador e vice-governador. Durante os períodos de 1967-71, 1971-75 e 1975-79, os governadores foram eleitos pelas Assembleias Legislativas.

Além disso, o Ato Institucional n. 3 determinou que os prefeitos das capitais seriam nomeados pelo governador, com a aprovação prévia das Assembleias Legislativas.



Assinaturas do AI-3  
5/2/1966  
Arquivo Nacional

1966-  
1978

## Eleições bipartidárias para Câmara dos Deputados, Senado, Câmaras Municipais e parte das Prefeituras

1969

### Manoel dos Santos

#### Primeiro indígena eleito no Brasil

Conhecido como Seu Coco, pertencente ao povo Karipuna, Manoel dos Santos foi o primeiro indígena eleito no Brasil, em 1969. Cumpriu mandato como vereador na cidade de Oiapoque/AP, pela ARENA.



Manoel dos Santos  
s.d.  
Reprodução



1977

## Pacote de Abril

A Emenda Constitucional n. 8, conhecida como Pacote de Abril, estabeleceu a eleição indireta para o Senado. Em eleições para a renovação de dois terços do Senado, um senador seria escolhido pelo voto direto, enquanto o outro seria eleito pelo Colégio Eleitoral, que também elegia o governador (senador biônico).



Plenário do Congresso vazio devido à decretação do recesso parlamentar pelo Pacote de Abril  
1977  
Foto: Orlando Brito  
O Globo

1979

## Eunice Michiles

### Primeira senadora brasileira eleita

Foi a primeira mulher a integrar o Senado Federal, em 1979, após a morte do titular João Bosco de Lima.

Após seu mandato, em 1987, foi eleita deputada federal pelo PFL/AM e participou da Assembleia Constituinte, apresentando 193 emendas, das quais 54 foram aprovadas.



No Senado, a ex-Senadora Eunice Michiles foi homenageada na exposição *A Conquista do Voto Feminino*, que registra a luta das mulheres por igualdade  
s.d.  
Arquivo pessoal

O Movimento Democrático Brasileiro (MDB) e a Aliança Renovadora Nacional (ARENA) foram dissolvidos, e foi liberada a fundação de novos partidos.



Manifestação do MDB no centro de São Paulo contra a reforma partidária  
1979  
Foto: W. Santos  
CPDOC/JB



**1980**

**Fundação de novos partidos**

Fundação de novos partidos (PMDB, PDS, PTB, PDT e PT).

**1981**

**Laélia Alcântara**

### **Primeira negra senadora no Brasil**

Formada em Medicina no Rio de Janeiro, iniciou sua carreira no Estado do Acre (na época, território federal) no início dos anos 1950.

Foi a primeira mulher negra a integrar o Senado Federal no Brasil, representando o Acre, e a segunda na história republicana.

Ocupou uma vaga no Senado de março a julho de 1981, substituindo Adalberto Sena, que estava afastado por motivos de saúde.

Em janeiro de 1982, assumiu o cargo de forma definitiva após o falecimento do titular.



**Laélia de Alcântara**  
s.d.  
Reprodução

**1982**

**Volta das eleições diretas para governador  
Iolanda Fleming  
Mário Juruna**

### **Volta das eleições diretas para governador**

A redemocratização brasileira, com a volta do multipartidarismo, foi acompanhada por uma legislação eleitoral que desfavoreceu os novos partidos. A exigência de chapas completas em todos os níveis, estadual e municipal, impôs um desafio quase insuperável a essas legendas, limitando sua capacidade de competir com partidos mais estabelecidos.



**Governadores eleitos em 1982**  
s.d.  
Reprodução



## **Iolanda Fleming** **Primeira mulher a governar um estado brasileiro**

Pioneira na política brasileira, ela foi a primeira mulher a governar um estado brasileiro. Eleita vice-governadora do Acre em 1982, assumiu o governo em 1986 e, em sua breve gestão, marcou história ao criar a primeira Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher no estado.



**Iolanda Fleming toma posse como governadora do Estado do Acre**  
1986  
Fundação Ulysses Guimarães

## **Mário Juruna** **Primeiro deputado federal indígena**

Foi um dos mais importantes líderes indígenas do Brasil. Sua trajetória política, marcada pela eleição como o primeiro deputado federal indígena em 1982, deixou legado significativo para a luta pelos direitos dos povos originários.

Conhecido por utilizar um gravador para registrar as promessas não cumpridas pelos governantes, Juruna, que era xavante, usou sua voz e sua influência para denunciar as injustiças sofridas pelos indígenas e para defender seus direitos territoriais e culturais.



**Mário Juruna discursando na Câmara dos Deputados no Dia do Índio em 1983**  
19/4/1983  
Arquivo Câmara dos Deputados

1984

Diretas Já!

*As Diretas Já! foram a campanha política mais popular da história do Brasil. Mas não só. Foram também um intenso movimento cultural que, mais do que gravitar em torno da agenda suprapartidária, galvanizou a repercussão da mensagem, emprestou criatividade à narrativa e transformou palanques sisudos em palcos animados, amalgamando para sempre o melhor momento da memória coletiva da sociedade civil. A contribuição espontânea de atores, cartunistas, músicos, poetas, escritores, cordelistas, pintores e artistas em geral não obedecia a um comando que não fosse oriundo do que se chama de “a voz das ruas”.*

**Oscar Pilagallo – *O girassol que nos tinge*, 2023.**



**Ato pelas Diretas Já! em Brasília**  
1984  
Arquivo Nacional





REDEMOCRATIZAÇÃO



Manifestações pelas eleições diretas para a Presidência  
da República no Plenário da Câmara dos Deputados  
1984  
Foto: Célio Azevedo  
Senado Federal

DIAS ATUAIS



# Da redemocratização aos dias atuais

**1985**

**O voto do analfabeto (EC n. 25/1985)**

O cenário político brasileiro sofreu transformações profundas com a concessão do voto aos analfabetos e a legalização de novos partidos, entre eles o Partido Comunista.

A democracia local também foi fortalecida com a eleição direta de prefeitos em um número maior de cidades, marcando um novo momento na história política do País.

Pouco tempo após o fim do ditadura militar, em 1985, o Brasil vivenciou um período de profundas transformações políticas. A Emenda Constitucional n. 25/1985, sancionada pelo então Presidente José Sarney, estabeleceu novo marco para a democracia brasileira ao promover uma série de mudanças na legislação eleitoral.

Entre as principais medidas da emenda destacam-se:

- restabelecimento do voto direto para presidente: a emenda previa a realização de eleições diretas para presidente em dois turnos, embora a data específica ainda não tivesse sido definida;
- ampliação da democracia local: foram convocadas eleições para prefeitos em capitais, municípios considerados áreas de segurança nacional e em novas cidades, além de eleições para vereadores;
- flexibilização da legislação partidária: as regras para a criação de partidos foram simplificadas, permitindo que novas legendas participassem das eleições municipais de 1985. Além disso, foram permitidas coligações partidárias e revogada a obrigatoriedade de fidelidade partidária;
- inclusão dos analfabetos no processo eleitoral: uma das mais importantes mudanças foi a concessão do direito de voto aos analfabetos, quebrando uma tradição de mais de um século. No entanto, os analfabetos continuaram inelegíveis;

As eleições de 1985 marcaram novo capítulo na história política brasileira ao ampliar a participação popular e fortalecer a democracia. A concessão do voto aos analfabetos, em particular, representou avanço significativo na luta por direitos civis.

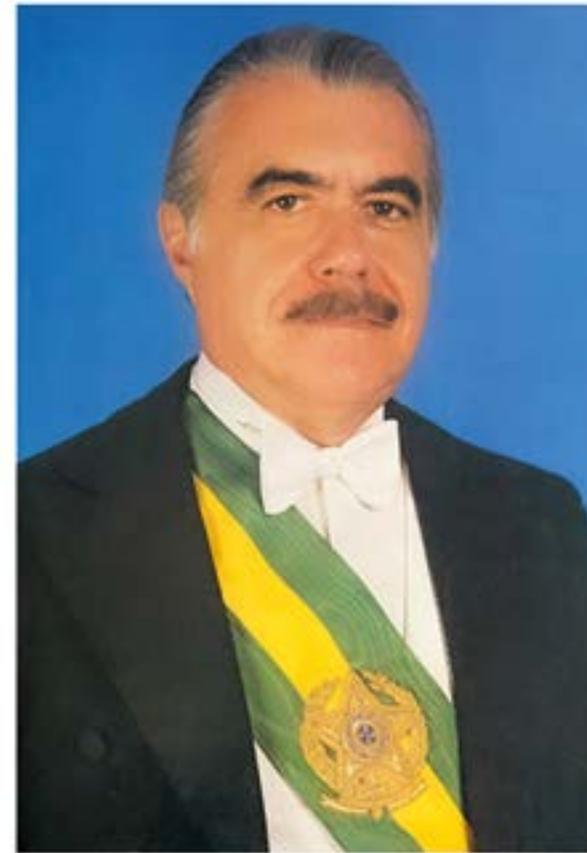


Foto oficial do ex-Presidente José Sarney  
1985  
Galeria dos Presidentes da República



1986

Recadastramento e novo título eleitoral

### Recadastramento eleitoral, com informatização do cadastro de eleitores

O registro de eleitores foi informatizado e centralizado no Tribunal Superior Eleitoral, o que praticamente eliminou as fraudes de cadastramento, como títulos falsos, e possibilitou a remoção dos títulos de eleitores falecidos. Foi adotado novo título eleitoral, sem fotografia.

Com o recadastramento, o número de eleitores aumentou de 58,871 milhões em 1982 para 69,309 milhões em 1986, crescimento de 18%.



Título eleitoral  
s.d.  
TSE

1988

Constituinte e Constituição

A Constituição de 1988 representou um marco para a democracia brasileira, restaurando direitos políticos e consolidando o voto direto, secreto e universal. Ao extinguir o bipartidarismo e as eleições indiretas, a Carta Magna possibilitou maior diversidade de representação política.

Definiu também as regras para o exercício do voto, estabelecendo que é obrigatório para a maioria da população, com exceções para determinados grupos, como menores de 18 anos e maiores de 70 anos. Ao garantir o sigilo do voto e proteger os cidadãos contra perseguições, fortaleceu a democracia e assegurou a participação livre e consciente dos eleitores.



Adesivo de propaganda, com desenho do cartunista Henfil, estimulando o envolvimento popular com os trabalhos da Constituinte  
s.d.  
Museu da República



# 1989

## Volta da eleição direta para presidente

### Primeira eleição para o Executivo que utilizou a regra dos dois turnos

Em 15 de novembro de 1989, foi realizada eleição direta para a Presidência, marcando o retorno do voto direto para a escolha do presidente após quase três décadas. A eleição do novo presidente encerrou o ciclo de proibição de eleições diretas do sistema representativo brasileiro.

Em 15 de março de 1990, quando Fernando Collor de Mello assumiu a Presidência, todos os cargos de chefes do Executivo (governadores e prefeitos) e de membros do Legislativo (senadores, deputados federais e estaduais e vereadores) eram ocupados por pessoas eleitas pelo voto popular.



#### Debate presidencial no segundo turno das eleições de 1989

Candidato Lula à esquerda, jornalista Marília Gabriela ao centro e candidato Collor à direita.  
3/12/1989  
Grupo Bandeirantes

### Como tem sido o processo de votação e apuração dos votos desde 1985?

Até as eleições de 1994, o procedimento para votar seguia o mesmo padrão. O eleitor comparecia à seção eleitoral designada em seu título eleitoral, geralmente localizada em escolas ou prédios públicos.

Lá, recebia a cédula oficial, fazia suas escolhas e a depositava em uma urna de lona. Nas eleições majoritárias, a cédula apresentava pequenos quadros com os nomes dos candidatos, e o eleitor apenas marcava a opção desejada. Nas eleições proporcionais, a cédula oferecia espaço para escrever o nome ou o número do candidato e incluía quadros ao lado das siglas de todos os partidos. Caso o eleitor desejasse votar apenas no partido, bastava assinalar a sigla correspondente.

Após o encerramento da votação, as urnas de cada mesa eleitoral eram lacradas e enviadas para um local de apuração, geralmente ginásios esportivos. Nas grandes cidades, havia várias unidades de apuração. Os resultados eram agregados de acordo com a unidade em disputa. Por exemplo, em uma eleição para governador, os resultados de cada junta apuradora eram enviados para a capital (Tribunal Regional Eleitoral), onde eram consolidados e proclamados.



#### O então juiz eleitoral Luiz Fux durante apuração das eleições de 1994 no Rio de Janeiro

Foto: Marcelo Regua  
O Globo





1996

A urna eletrônica é usada em 57 municípios  
Astrid Maria Cunha e Silva | João Neves | Kátia Tapety

Na eleição municipal, a votação eletrônica alcançou cerca de 32% do eleitorado. Nesse primeiro modelo de urna, o voto era impresso e depositado diretamente em uma urna de plástico ao lado da máquina. Na tela, eram exibidas apenas as fotos dos candidatos aos cargos majoritários.



Urna eletrônica (modelo UE1996)  
s.d.  
TSE

### Primeira prefeita LGBT+

Astrid Maria Cunha e Silva foi a primeira prefeita abertamente LGBT+ a ser eleita no Brasil, em Viseu/PA.

### Primeiro prefeito indígena

João Neves, do povo Galibi-Marworno, foi o primeiro prefeito indígena a ser eleito, pelo Município do Oiapoque/AP.



Reportagem do Correio Braziliense sobre o primeiro prefeito indígena do Brasil,  
João Neves  
9/10/1996  
Correio Braziliense



## Primeira travesti eleita

Kátia Tapety foi a primeira transexual a ser eleita para um cargo político no Brasil, como vereadora, em Colônia do Piauí/PI. Em 2004, tornou-se a primeira vice-prefeita trans do País.



Vereadora Kátia Tapety, primeira transexual eleita  
1996  
Reprodução

# 1998

## Primeira eleição em que o chefe do Executivo pôde se recandidatar

Cerca de 57% do eleitorado nacional utilizou urnas eletrônicas, que, na época, tinham a memória e a capacidade de processamento ampliadas. Isso possibilitou o registro fotográfico de todos os candidatos.

Nesse período, a Lei n. 9.504/1997 já havia extinguido o registro do voto impresso.



Capa do *Jornal do Senado* anunciando a promulgação da Emenda Constitucional n. 16 de 1997, sobre reeleição  
5/6/1997  
Senado Federal

# 2000

## Primeira eleição por meio da urna eletrônica em todo o Brasil

Embora a adoção da urna eletrônica tenha sido motivada principalmente pela necessidade de combater as fraudes persistentes nas apurações de votos, ela trouxe um benefício adicional: facilitou o processo de votação. Isso resultou em aumento no número de eleitores que se sentiram encorajados a votar, com redução significativa nos votos em branco.

Nas eleições para a Câmara dos Deputados e para as Assembleias Legislativas, também foi observada diminuição nos votos nulos, sugerindo que a votação em urna eletrônica é mais simples para o eleitor do que escrever o nome ou o número do candidato. Além disso, uma inovação importante foi a inclusão de saída de áudio para fones de ouvido, o que melhorou a acessibilidade para eleitores com deficiência visual.

## Urna eletrônica e votos nulos

O Brasil tinha uma das mais altas taxas de votos nulos do mundo. Nas primeiras quatro eleições para a Câmara dos Deputados realizadas durante o período democrático (1986, 1990, 1994 e 1998), a média de votos anulados foi impressionante: 33%.

Esse índice era muito superior ao observado em outras democracias: nas que tinham voto obrigatório, a média era de 7%; nas com voto facultativo, era de apenas 2%.

Embora parte desses votos nulos fosse resultado de protesto e descrença, outra parcela era decorrente das dificuldades operacionais no processo de votação, especialmente considerando o alto índice de baixa escolaridade entre os eleitores brasileiros.

A introdução da urna eletrônica ajudou a mitigar esse problema ao simplificar o processo de votação, o que reduziu o número de votos nulos devido a erros no preenchimento das cédulas de papel. Nas eleições de 1998 para a Câmara dos Deputados, apesar de a urna eletrônica não ter sido usada em todo o País, houve redução de 52% nos votos anulados.



Após 1985, o Brasil consolidou-se como uma democracia eleitoral com eleições competitivas, limpas e regulares, abrangendo amplamente a população adulta.

Apesar disso, existem críticas de diversos setores da opinião pública e da elite política sobre certos aspectos do processo eleitoral brasileiro. No entanto, é importante notar que críticas semelhantes são comuns em democracias estabelecidas.



Urna eletrônica (modelo UE2000)

s.d.  
TSE

2004

Substituição do voto impresso

Nas eleições de 2004, durante a presidência do Ministro Sepúlveda Pertence, o voto impresso foi substituído pelo Registro Digital do Voto (RDV). Nesse período, também foi implementada importante inovação: a participação da Ordem dos Advogados do Brasil, do Ministério Público e dos partidos políticos nas etapas de especificação e desenvolvimento dos programas de computador das urnas eletrônicas.



Então presidente do TSE,  
Ministro Sepúlveda Pertence,  
durante sessão em 2004, em  
Brasília  
2004  
TSE



**2005**

**Referendo**

No dia 23 de outubro, foi realizado no Brasil referendo sobre a proibição da comercialização de armas de fogo e munições. Mais de 95 milhões de eleitoras e eleitores brasileiros compareceram às urnas para ratificar ou rejeitar o art. 35 da norma conhecida como o Estatuto do Desarmamento (Lei n. 10.826, de 22 de dezembro de 2003), que proibia a comercialização desses itens, exceto para entidades especificadas no próprio estatuto. Quase 64% do eleitorado votaram “não”, rejeitando, assim, a proibição.

**2010**

**Primeira mulher presidente do Brasil**

Dilma Vana Rousseff, a primeira mulher a se tornar presidente da República do Brasil, nasceu em 14 de dezembro de 1947, em Belo Horizonte/MG. Começou sua militância política aos 16 anos e, ao longo de sua carreira, ocupou cargos de destaque, incluindo o de secretária de Estado de Energia, Minas e Comunicações no Rio Grande do Sul e o de ministra de Minas e Energia.

Nas eleições de 2010, Dilma Rousseff e Marina Silva, candidatas à Presidência, obtiveram apoio de dois terços do eleitorado brasileiro. Dilma Rousseff foi eleita nesse pleito e reeleita em 2014.



**Dilma Rousseff em sua posse**

1º/1/2011

Foto: Geraldo Magela

Agência Senado Federal



2016

## QR Code no Boletim de Urna

O TSE incorporou o QR Code ao Boletim de Urna. Essa ferramenta permite a digitalização dos resultados de cada seção eleitoral, o que aumenta a validação dos dados apurados e agiliza a verificação da totalização dos votos pela sociedade.



**Boletim de Urna com QR Code**

s.d.  
TSE

2017

## Conselho Consultivo sobre Internet e Eleições

O Tribunal estabeleceu o Conselho Consultivo sobre Internet e Eleições, composto por representantes de várias instituições especializadas na área. Esse grupo foca especialmente no risco da disseminação de *fake news* (notícias falsas) e no uso de robôs para propagar esse tipo de informação.



**Reunião do Conselho Consultivo Internet e Eleições, no TSE**

10/10/2018  
Foto: Roberto Jayme  
TSE



2018

Primeira deputada federal indígena

Eleita a primeira deputada federal indígena, Joenia Wapichana.

2020

Cartilhas bilíngues da Justiça Eleitoral

Entre as ações inclusivas promovidas pela Justiça Eleitoral destacam-se a elaboração e a divulgação de quatro cartilhas bilíngues destinadas à população indígena do Estado de Tocantins.

Os materiais foram produzidos nas quatro línguas nativas dos indígenas do Tocantins: Meri, falada pelo povo Krahô; Akwê, falada pelo povo Xerente; Panhi, falada pelo povo Apinajé; e Yny, falada pelos povos Karajá, Javaé e Xambioá.

A ação foi desenvolvida pelo Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins (TRE-TO).



Cartilhas bilíngues produzidas pelo TRE-TO  
TRE-TO

2022

Primeiro governador e primeiros senadores indígenas

Na Bahia, Jerônimo Rodrigues foi o primeiro indígena diplomado governador de estado. E, pela primeira vez, dois indígenas foram eleitos senadores da República, Hamilton Mourão e Wellington Dias.



Servidor da Justiça Eleitoral do Amazonas realiza coleta biométrica de homem indígena em comunidade na região de Tabatinga/AM  
2020  
TRE-AM





**Welcineia Teodoro, mulher indígena de Tabatinga/AM, região do Alto Rio Solimões, no extremo norte do estado, exibindo seu título eleitoral 2020**  
Acervo TRE-AM

**2024**

## Eleições municipais no Brasil

Quase 156 milhões de eleitoras e eleitores estão aptos para escolher entre 463 mil pessoas candidatas aos cargos de prefeito e vereador em todos os 5.569 municípios brasileiros.

As eleições brasileiras são seguras e modernas, contando com importantes inovações, como a utilização da identificação biométrica do eleitorado, iniciada em 2008, e a disponibilização da via digital do título eleitoral pelo aplicativo e-Título, desde 2018.

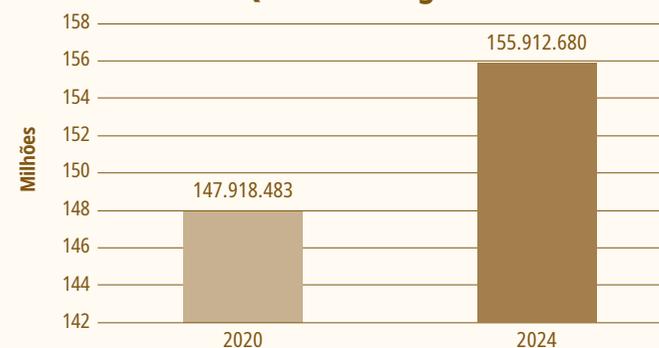
**A DEMOCRACIA CONTINUA  
(nos votos e nas eleições)**

**2024**

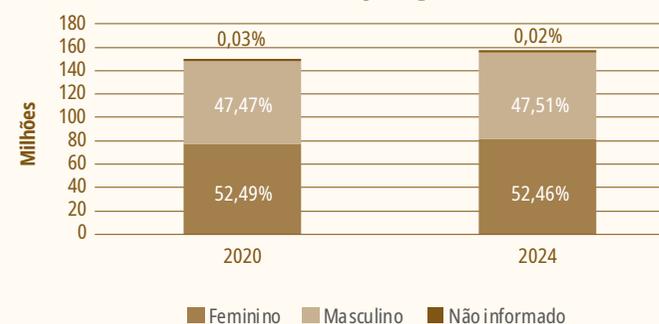
## Informações estatísticas da maior eleição municipal brasileira

### Eleitorado

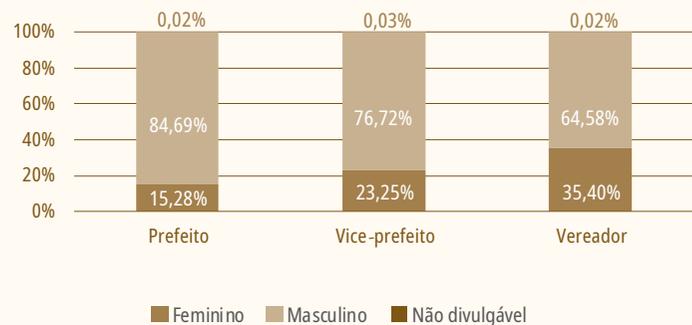
#### Quantitativo geral



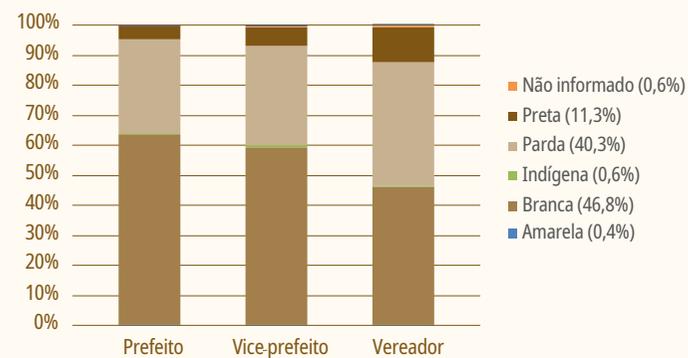
#### Eleitorado por gênero



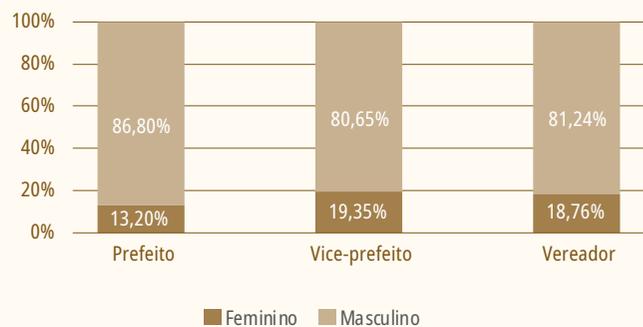
### Candidaturas por cargo e gênero



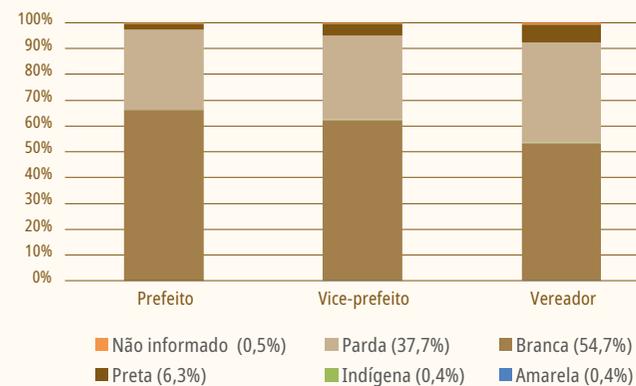
### Candidaturas por cargo e cor/raça



### Candidatos(as) eleitos(as) por cargo e gênero

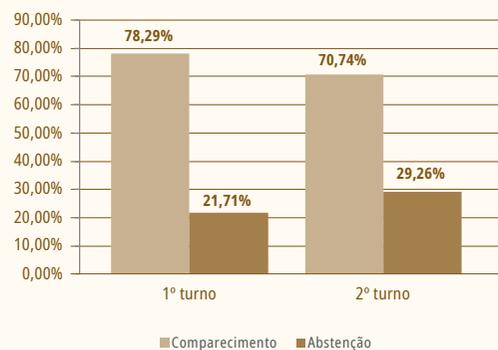


### Candidatos(as) eleitos(as) por cargo e cor/raça



## Comparecimento e abstenção

### Eleitorado geral



### Eleitorado facultativo



Confira pelo QR Code os dados estatísticos das Eleições Municipais 2024

Fonte: TSE – Estatísticas Eleitorais.



Logotipo das Eleições Municipais 2024, reforçando o papel da Justiça Eleitoral como ferramenta da democracia  
2024  
TSE



# Urna eletrônica



Espaço destinado para visitantes simularem o voto na urna eletrônica modelo 2022.



Urna eletrônica (modelo UE2022)  
s.d.  
TSE

## Simule seu voto e exerça sua cidadania

### Eleições Municipais

#### VEREADOR

<b>91 PEsp</b> PARTIDO DOS ESPORTES	 Golfe 91001	 Beisebol 91002	 Ginástica Artística 91003
<b>92 PMus</b> PARTIDO DOS RITMOS MÚSICAS	 Rock 92001	 Sertanejo 92002	 Música Popular Brasileira 92003
<b>93 PProf</b> PARTIDO DAS PROFISSÕES	 Astronauta 93001	 Pintor 93002	 Enfermeira 93003
<b>94 PFest</b> PARTIDO DAS FESTAS POPULARES	 Páscoa 94001	 Oktoberfest 94002	 Réveillon 94003
<b>95 Pfolc</b> PARTIDO DO FOLCLORE	 Curupira 95001	 Cabra-Cabriola 95002	 Cuca 95003

#### PREFEITO

#### Vice-Prefeito

<b>91 PEsp</b> PARTIDO DOS ESPORTES	 Natação 91	 Judô
<b>92 PMus</b> PARTIDO DOS RITMOS MÚSICAS	 Heavy Metal 92	 Salsa
<b>93 PProf</b> PARTIDO DAS PROFISSÕES	 Bombeira 93	 Detetive
<b>94 PFest</b> PARTIDO DAS FESTAS POPULARES	 Festa Junina 94	 Festa do Milho
<b>95 Pfolc</b> PARTIDO DO FOLCLORE	 Boto-Cor-de-Rosa 95	 Mãe do Ouro





## Tribunal Superior Eleitoral

### Presidente

Ministra Cármen Lúcia

### Vice-Presidente

Ministro Nunes Marques

### Ministros

Ministro André Mendonça

Ministra Isabel Gallotti

Ministro Antonio Carlos Ferreira

Ministro Floriano de Azevedo Marques

Ministro Ramos Tavares

### Procurador-Geral Eleitoral

Paulo Gonet Branco

### Secretária-Geral da Presidência

Andréa Maciel Pachá

### Diretora-Geral da Secretaria do Tribunal

Roberta Maia Gresta

### Agradecimentos

Arquivo Nacional, Assembleia da República de Portugal, Biblioteca Nacional, Câmara dos Deputados, Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC/FGV), Fundação Ulisses Guimarães, Grupo Bandeirantes, Museu da República e Senado Federal.

### Referências

CARVALHO, José Murilo de. *Pontos e bordados: escritos de história e política*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.

LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. 6. ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1993.

MARQUES, Teresa Cristina de Novaes. *O voto feminino no Brasil*. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2019.

NICOLAU, Jairo Marconi. *Eleições no Brasil: do Império aos dias atuais*. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

NICOLAU, Jairo Marconi. *História do voto no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. *Exposição 20 anos da urna eletrônica*. Brasília: Tribunal Superior Eleitoral, 2017.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. *Exposição 85 anos do voto feminino no Brasil*. Brasília: Tribunal Superior Eleitoral, 2017.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. *Exposição eleições no Brasil: a conquista da transparência e da legitimidade*. Brasília, 2018.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. *Exposição eleições e povos indígenas*. Brasília: Tribunal Superior Eleitoral, 2023.

### Universidade Federal de Minas Gerais

#### Reitora

Sandra Regina Goulart Almeida

#### Vice-Reitor

Alessandro Fernandes Moreira

#### Conteúdo da Exposição “O voto no Brasil”

Projeto República: Núcleo de Pesquisa, Documentação e Memória – UFMG

#### Coordenação-Geral

Heloisa Maria Murgel Starling

#### Coordenação

Nayara Corrêa Henriques Pinto

#### Pesquisadores

Álvaro Camara de Pádua, Anna Carolina Alves Viana, Francis Augusto Duarte, Isabella Caroline de Souza, Heloisa Maria Murgel Starling e Nayara Corrêa Henriques Pinto

#### Colaboração

Andre Basbaum

#### Realização

Secretaria de Gestão da Informação e do Conhecimento (SGIC)  
Cleber Schumann

Secretaria de Comunicação e Multimídia (Secom)  
Natália Lambert

### Editoração

Coordenadoria de Editoração e Publicações (Cedip)  
Washington Oliveira

### Revisão editorial

Seção de Preparação e Revisão de Conteúdos (Seprev)  
Tatiana Fraga, Harrison Rocha, Leide Viana e Patrícia Jacob

### Projeto gráfico e organização das peças gráficas

Seção de Editoração e Programação Visual (Seprov)  
Paulo Nicolini, Pedro Henrique Silva, Rauf Soares e Wagner Castro

### Execução gráfica e cenográfica

Empresa Octopus (Contrato-TSE n. 19/2022)

### Apoio

Secretaria de Administração (SAD)  
Adaíres Aguiar Lima

Coordenadoria de Mídias e Web (CoweB)  
Juliana Rodrigues Freitas

Coordenadoria de Biblioteca e Museu (Cblem)  
Eveline Mesquita Lucas

Seção de Museu (Semus)  
Renato Barros de Carvalho





O voto no Brasil

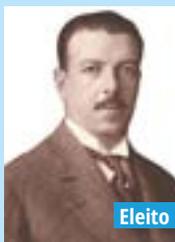
# O SOM DA DEMOCRACIA

Navegue pelos *jingles* que marcaram  
o Brasil entre os anos de 1930 e 1984.



## 1930 | Júlio Prestes e Getúlio Vargas

Júlio Prestes



**Título do jingle:**

Comendo Bola

**Autores:**

Hekel Tavares  
Luiz Peixoto

Getúlio Vargas



**Título do jingle:**

Seu Getúlio ou Gê Gê

**Autor:**

Lamartine Babo

## 1945 | Eurico Gaspar Dutra e Brigadeiro Eduardo Gomes

Eurico Gaspar  
Dutra



**Título do jingle:**

Marmiteiro

**Autor:**

Murilo Caldas

Brigadeiro  
Eduardo Gomes



**Título do jingle:**

Salve o Brigadeiro

**Autor:**

Carlos Frias

Aponte a câmera  
do celular e ouça a  
playlist completa



## 1950 | Getúlio Vargas e Brigadeiro Eduardo Gomes

Getúlio Vargas



**Título do jingle:**

Retrato do Velho

**Autores:**

Haroldo Lobo  
Marino Pinto

Brigadeiro  
Eduardo Gomes



**Título do jingle:**

Homenagem ao Brigadeiro

**Autor:**

Silvio Caldas

## 1955 | Juscelino Kubitschek e Adhemar Barros

Juscelino  
Kubitschek



**Título do jingle:**

Juscelino é o homem

**Autor:**

Gervásio Horta

Adhemar  
de Barros



**Título do jingle:**

Adhemar (Hip, hip, hurra)

**Autor:**

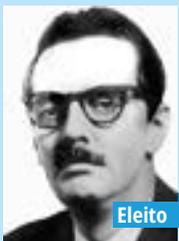
Lula Vieira

Aponte a câmera  
do celular e ouça a  
playlist completa



## 1960 | Jânio Quadros e Henrique Teixeira Lott

Jânio Quadros



Eleito

**Título do jingle:**

Varre varre, vassourinha

**Autor:**

Antonio Almeida

Henrique  
Teixeira Lott



**Título do jingle:**

De leste a oeste

**Autor:**

Ivanildo Rafael

## 1963 | Campanha Referendo de 1963

Instituída pela Emenda Constitucional n. 4, de 2/9/1961, a consulta foi sobre a continuação ou não do parlamentarismo no país. O povo rejeitou esse sistema de governo e optou pelo presidencialismo.

**Título do jingle:**

Diga não

**Autor:**

desconhecido

Aponte a câmera  
do celular e ouça a  
playlist completa



## 1984 | Campanha Diretas Já!



**Título do jingle:**

O Brasil só quer diretas

**Autor:**

não identificado

Aponte a câmera  
do celular e ouça a  
playlist completa



UFMG  
UNIVERSIDADE FEDERAL  
DE MINAS GERAIS



# O voto no Brasil



## República 1964-1964

Exhibition wall featuring several informational panels, photographs, and a green exit sign.

The exhibition wall is composed of several informational panels and photographs. The panels contain text and small images, likely detailing historical events or figures. A prominent green exit sign is visible on the wall. The wall is dark-colored, and the floor is a reddish-brown color.



Esta obra foi composta na Noto Sans, corpo 11 e entrelinhas de 13,2 pontos.

